

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.296 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2001

## SENADO DISCUTE CRISE DE ENERGIA

**1** Álvaro Dias propõe pacto contra as privatizações

**2** Calheiros quer audiência com autoridades da área

**3** Eduardo: consumidor não pode ser penalizado

**4** Comissão de Infra-Estrutura debate hoje a venda da Cesp



Um dos pontos das propostas discutidas pelo Senado é a revisão dos padrões de consumo, eliminando os desperdícios



### Há 11 anos, senadores já defendiam uso racional de energia

Apresentado em 1990, está pronto para ser votado na Câmara projeto do senador Teotonio Vilela Filho sobre a política nacional

de conservação e uso racional de energia. Em 1991, a proposição recebeu substitutivo do então senador Fernando Henrique Cardoso.

PÁGINAS 4 E 5

### CAE examina aumento da dedução por dependente no IR

Projeto do senador Arlindo Porto permite a correção de 51% nos valores fixados para as deduções por dependente no Imposto de Renda. Proposta, que beneficia os contribuintes de menor nível de renda, deve ser apreciada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 3



Dez por cento da receita das loterias podem ir para o Comitê Olímpico

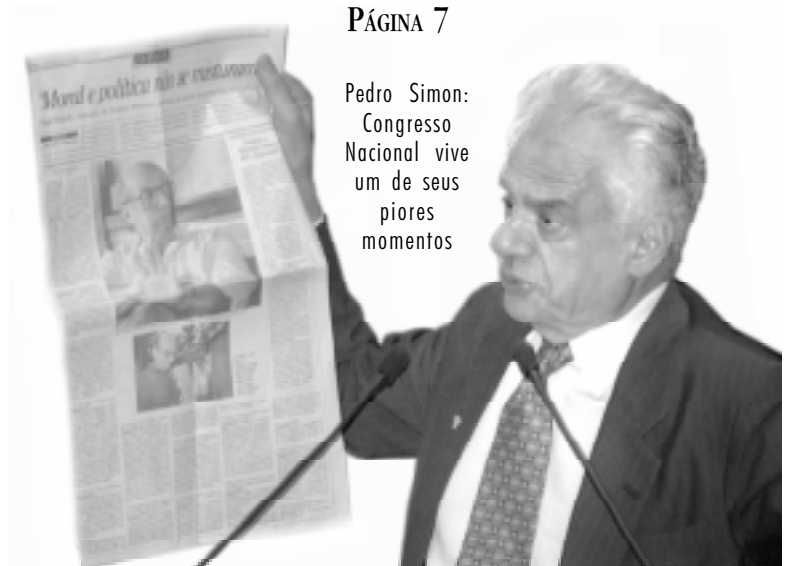
### CE aprecia recursos para jogos olímpicos

PÁGINA 6

### Senado deve instalar a CPI da Corrupção, recomenda Simon

PÁGINA 7

Pedro Simon: Congresso Nacional vive um de seus piores momentos



A proposta pretende ampliar a participação dos acionistas minoritários na gestão das empresas, garantindo-lhes maior proteção em caso de venda do empreendimento.

A iniciativa também faz ajustes no enquadramento dos crimes cometidos no setor e agrava as penalidades impostas.

PÁGINA 3

### Cadernos podem ficar isentos de impostos

PÁGINA 6

# CPI das ONGs ouve hoje autor de "Máfia Verde"

Deverão depor na comissão ministros e representantes de entidades não-governamentais

O autor do livro *Máfia Verde*, Lourenço Carrasco, será o primeiro a depor na Comissão Parlamentar de In-



Presidida por Mozarildo Cavalcanti, a CPI teve roteiro de trabalho elaborado pela relatora Marluce Pinto



Cavalcanti, a CPI teve roteiro de trabalho elaborado pela relatora Marluce Pinto

da Justiça, José Gregori; o chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência

de Inquérito (CPI) que vai investigar irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs). O depoimento está marcado para a tarde de hoje, após a ordem do dia.

A comissão, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), aprovou na semana passada o roteiro de trabalho, proposto por sua relatora, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). A CPI pretende ouvir, ainda, os ministros da Defesa, Geraldo Quintão,

da República, general Alberto Cardoso, e o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro.

Outras autoridades que deverão depor serão os generais Gleuber Vieira, comandante do Exército, e Alcedir Pereira Lopes, comandante militar da Amazônia. A CPI ouvirá também representantes de entidades não-governamentais, entre eles os dirigentes da Associação Amazônia, a Cooperindio e o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), envolvidas em denúncias de irregularidades.

## Subcomissão define ações em favor dos idosos

A Subcomissão do Idoso, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), define hoje, em reunião marcada para as 10h, o cronograma de trabalho. Serão discutidas propostas como a instalação de uma linha telefônica 0800 para o recebimento de denúncias e sugestões e a criação de uma página na Internet com informações sobre leis e projetos voltados para os idosos.



Leomar Quintanilha é o presidente da subcomissão

Outras ações previstas incluem a realização de audiências públicas sobre temas de interesse da terceira idade, para as quais serão convidadas personalidades para falar sobre suas experiências de vida e profissionais. Entre elas estão a apresentadora Hebe Camargo, o compositor

Juca Chaves e a cantora Inezita Barroso. A implementação da política nacional do idoso será abordada pela secretária nacional de Assistência Social, Wanda Engel.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2001

### Presidente

Senador Jader Barbalho

17h - Participa da reunião da Executiva do PMDB

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 18/01, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até 218,1 milhões de euros, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); votação, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória de servidor público em geral; votação, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição, que institui a imunidade tributária para cadernos escolares; votação secreta dos Pareceres nºs 292/01, sobre a Mensagem nº 214/01, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para exercer o cargo de diretor da Aneel; e 293/01, sobre a Mensagem nº 215/01, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Eduardo Henrique Ellery Filho para exercer o cargo de diretor da Aneel; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 14/01, autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 90 milhões junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica no estado; PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União; e Requerimento nº 207/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 216/99 e 271/00, por regularem a mesma matéria.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que passem empregados com mais de 40 anos; PLS nº 167/99, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos, estudantes ou profissionais no valor do ingresso em espetáculos musicais; PLS nº 217/00, dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea "c" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF); entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

#### 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 26/01, altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917/73, para inclusão de novo trecho; PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Requerimentos nºs 7 e 8, de 2001, do senador Paulo Hartung, solicitando audiência pública para debater o processo de racionalização e racacionamento de energia elétrica e a política tarifária de energia elétrica; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

#### 10h - Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: definição do cronograma. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

#### 11h - CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do empresário Ari Natalino. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

#### 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece os Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLS nº 17/01, altera a Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, parágrafo 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

#### 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do senador Hugo Napoleão sobre a 3ª Cúpula das Américas em Quebec (reunião sobre a Área de Livre Comércio das Américas - Alca); PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; e Requerimento nº s/nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública sobre combate ao narcotráfico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

### Após a ordem do dia - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução (art. 93 - Rf) do PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida. Convidados: presidentes Gonzalo Vecina Neto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Horácio Shneider, da Sociedade Brasileira de Genética; Rui Alberto Ferriani, da Comissão Nacional Especializada de Fertilidade Assistida; dos professores Silmara Juny de Abreu Chinelato e Almeida, do Departamento de Direito Civil da Universidade de São Paulo; e outros. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

### Após a ordem do dia - CPI das ONGs

Pauta: depoimento de Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia Verde*. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

#### Quarta-feira

##### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

19h - Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados

#### Quinta-feira

##### 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eleivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e prefeitos; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 63/00, que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no país, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLC nº 110/00, denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraíba; PLC nº 9/01, denomina Aeroporto de Uberlândia - Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato o aeroporto da cidade de Uberlândia (MG); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; entre outras proposições.

#### Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Quarta-feira

##### 10h - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: apresentação do relatório. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

##### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; Mensagem nº 116/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes para compor o Tribunal Superior do Trabalho; Mensagem nº 118/01, submete à apreciação do Senado o nome de Maria Cristina Irigoyen Peduzzi para compor o Tribunal Superior do Trabalho; Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLC nº 11/98, regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99, que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos); entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

#### 17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informações sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

#### 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com delegação de senadores do México, com o objetivo de conhecer as diferentes posições e a experiência brasileira no modelo de privatização do setor energético. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

#### Quinta-feira

##### 10h - CPI do Futebol

Pauta: depoimento do empresário Ivani Targino de Melo e dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ discute mudanças na Lei das S. A. e no mercado de ações

Audiência pública, marcada para as 15h de hoje, reunirá o presidente da CVM, José Luiz Osório Filho, e o advogado Modesto Carvalhosa

Mudanças na Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S. A.), bem como na legislação que rege o mercado de ações e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), serão debatidas em audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará hoje a partir das 15h. Os senadores vão discutir o assunto — objeto de projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados — com o presidente da CVM, José Luiz Osório de Almeida Filho, e com o advogado paulista Modesto Carvalhosa, especialista em Direito Tributário e Econômico.

Em linhas gerais, a proposta pretende ampliar a participação dos acionistas minoritários na gestão das empresas, garantindo-lhes maior proteção em caso de venda do empreendimento. A iniciativa também faz ajustes no enquadramento dos crimes cometidos no campo do Direito Societário e agrava as penalidades impostas. Na CCJ, a matéria tem como rela-



O senador José Agripino é o relator do projeto que modifica a Lei das Sociedades Anônimas

tor o senador José Agripino (PFL-RN) e recebeu dez emendas, sendo uma do senador Osmar Dias (PSDB-PR) e nove do senador Paulo Hartung (PPS-ES).

A alteração sugerida por Osmar Dias refere-se à inclusão de representantes de entidades de defesa

do consumidor no Comitê de Padrões Contábeis (CPC), organismo previsto no projeto aprovado pela Câmara, cuja atribuição seria estudar, elaborar e divulgar princípios, procedimentos e padrões contábeis a serem observados pelas empresas de capital aberto (S. A.). Com essa mudança, o número de membros do CPC seria elevado de nove para 12.

Já Hartung concentra esforços na defesa dos interesses dos acionistas minoritários e no aperfeiçoamento da tipificação dos crimes contra o mercado de capitais. No primeiro caso, o senador capixaba argumenta que os acionistas minoritários são, em regra, “abandonados à própria sorte quando da realização de processos de alienação de controle”. Quanto às infrações praticadas, ele prega a aplicação de penas de natureza cível e criminal tanto para o administrador da empresa quanto para os beneficiários do ato ilícito.

## CAE examina novas regras para Imposto de Importação

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá apreciar hoje, a partir das 10h, projeto de lei, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que obriga o governo a submeter previamente ao Senado quaisquer alterações nas alíquotas do Imposto de Importação, seja para elevá-las ou para reduzi-las. De acordo com a proposta, apenas as alterações daquele imposto previstas em acordos bilaterais de integração estariam isentas do exame prévio do Senado.

O relator da matéria, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), deu parecer favorável à aprovação, por entender que a exagerada amplitude dos limites das alíquotas do Imposto de Importação (que pode ir de zero a 60%), na prática, esvazia a competência do Congresso Nacional para legislar sobre aquele tributo.

Para o senador Jefferson Péres, no âmbito do Mercosul, o Brasil tem sido “um parceiro instável” no que diz respeito à fixação de listas de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), promovendo sempre muitas alterações no Im-



Para Jefferson, as alterações no Imposto de Importação devem ser submetidas ao Senado

posto de Importação para diversos produtos.

Quando eleva o Imposto de Importação sobre alguns setores, “o governo pode estar privilegiando alguns segmentos com forte capacidade de lobby e que praticam preços abusivos no mercado interno”, pensa ele. Com o produto importado mais caro, esses segmentos poderiam cobrar preços muito altos pelo que produzem aqui. A

elevação do imposto, nesse caso, seria contrária aos interesses dos consumidores.

Ao mesmo tempo, lembra o autor do projeto, o governo às vezes reduz e até zera alíquotas do Imposto de Importação para “segmentos fragilizados da economia, atingindo mortalmente setores da indústria e da agricultura”. O senador quer, portanto, discutir o mérito de cada proposta de alteração do Imposto de Importação. O projeto prevê um prazo de 60 dias para essa manifestação do Senado, ficando as alíquotas aprovadas caso não haja manifestação nesse período.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), encaminhou voto em separado contra o projeto de Jefferson Péres. Segundo ele, “nos termos em que está proposto, o projeto não alcançará seu objetivo de submeter ao crivo do Senado as alterações de alíquotas do Imposto de Importação, visto que, a partir da implantação da TEC, em 1995, todas as alterações de alíquotas decorrem de acordos de integração econômica e, assim, ficarão dispensadas da aprovação do Senado.”

## CRE vota projeto que restringe uso de armas de fogo no país

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar, em decisão terminativa, projeto que restringe em todo o país a fabricação, o depósito, o uso e o porte de armas de fogo. O relator da matéria, Pedro Piva (PSDB-SP), apresentará substitutivo ao projeto original do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e solicitará o arquivamento de dois projetos similares que também restringem o porte de armas e tramitam em conjunto. A reunião da CRE será realizada a partir das 17h30 de hoje.

No substitutivo, Piva defende a posse de armas de fogo pelo cidadão comum, desde que na respectiva residência. Nas ruas, o porte de armas ficaria restrito a membros das Forças Armadas, policiais civis e militares e moradores da área rural. A proposta também permite o porte de armas a fiscais do Ibama, bem como para atiradores profissionais, caçadores e colecionadores.

O substitutivo prevê que todos os portes de armas já concedidos serão cassados e que os registros continuarão válidos. Novos registros, de acordo com a proposta, vão depender de comprovação de bons antecedentes, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica. Os donos de armas irregulares terão prazo de 120 dias para legalizar sua situação.



### DROGAS

A comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), também votará requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo a realização de audiência pública para debater as ações do governo federal no combate ao narcotráfico e ao consumo de drogas e o quadro atual de dependência química no país.

Caso o requerimento de Tião Viana seja acolhido, deverão ser convidados para a audiência pública o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso; o secretário da Receita Federal, Evarardo Maciel; o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Henrique Chemello; o juiz federal Pedro Francisco; e os procuradores ou subprocuradores-gerais da República Luiz Francisco de Souza, José Roberto Figueiredo Santoro, Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Rachel Elias Ferreira Dodge.

### ALCA

Na mesma reunião, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) fará exposição a respeito da 3ª Cúpula da Américas, realizada em Quebec, Canadá, quando foi discutida a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele participou da reunião a convite do governo brasileiro, como representante do Senado.

## Senadores analisam o aumento da dedução de gastos com dependentes

O projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que permite uma correção de 51% nos valores fixados para as deduções com dependentes no Imposto de Renda Pessoa Física deverá ser apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Conforme o relator da matéria, José Alencar (PMDB-MG), se aprovada, a proposta pode contribuir para reduzir a regressividade do sistema tributário brasileiro, ou seja, diminuir a tributação proporcionalmente maior incidente sobre os contribuintes que ganham menos. O parecer do relator é pela aprovação.

Segundo ele, a elevação do valor passível de deduções provocará de imediato maior benefício fiscal para os contribuintes de menor nível de



Arlindo Porto quer elevar a dedução no IR

rendas. Pela proposta de Arlindo Porto, a dedução por dependente no Imposto de Renda passará dos atuais R\$ 90 para R\$ 136 na apuração mensal; e de R\$ 1.080 para R\$ 1.632 na apuração anual do imposto.

Está prevista também, para a reunião de hoje da CAE, a sabatina do advogado Fernando de Magalhães Furlan, que teve seu nome indicado para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A CAE deverá apreciar ainda projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que assegura desconto de 50% no preço dos ingressos de espetáculos musicais para músicos profissionais e estudantes de música.

# Álvaro propõe pacto contra privatização do setor elétrico

“Não é justo”, segundo o senador, que o governo transfira para o setor privado as empresas existentes, desestimulando novos investimentos

A realização de um amplo pacto para a aprovação, com urgência, de legislação que impeça a privatização do setor de energia elétrica e de água



o país foi defendida ontem pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

— Não é justo que o governo entregue o que já funciona para o setor privado, desestimulando a realização de novos investimentos.

Álvaro Dias afirmou que o governo foi imprevidente na questão energética e não injetou os recursos necessários para ampliar a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica no país. Ele defendeu a retomada de investimentos por parte das estatais que ainda atuam no setor, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a liberação de linhas especiais de crédito para o setor privado.

O senador também manifestou-

se contra a privatização da Companhia de Eletricidade do Paraná (Copel). Além da eficiência da companhia, Álvaro ressaltou a importância da água que a Copel mantém armazenada, observando que esse patrimônio estratégico passaria para o setor privado, se a empresa for privatizada.

Segundo Álvaro Dias, a água consumida no mundo é a mesma desde os primórdios da humanidade. Cerca de 97% da água existente, acrescentou, é constituída pelos mares e oceanos, e inadequada para consumo, a não ser que se utilizem caros e complicados processos de tratamento.

— O mundo inteiro irá sofrer falta d'água e vai buscá-la onde estiver. Atualmente, em alguns países do Oriente Médio já se cobra mais por um barril de água do que por um barril de petróleo.



Álvaro Dias considera que o governo foi imprevidente, ao não realizar investimentos no setor elétrico

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) atribuiu a culpa da crise do setor de energia elétrica à gestão do presidente Fernando Henrique.

— A falta de planejamento do governo foi responsável por essa desastrosa administração.

Álvaro Dias classificou a falta de previsão do governo em relação à crise energética como um “equívoco imperdoável”.

## Patrocínio anuncia a construção de hidrelétrica no Tocantins

Ao comentar os problemas que o Brasil enfrenta no setor energético, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) comunicou que no dia 28 de junho, às 10h, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, será realizado leilão para a concessão e construção da usina hidrelétrica de Peixe/Angical. A usina deverá gerar 452 megawatts e favorecerá diretamente os municípios tocantinenses de Palmeirópolis, Peixe, Paranã e São Salvador.

Para a construção da usina, que segundo Patrocínio deverá beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas, serão investidos mais de R\$ 1 bilhão pela iniciativa privada. Ainda de acordo com o senador, as obras proporcionarão a criação de 5.200 novos empregos no estado. A previsão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é que a usina entre em operação no prazo máximo de três anos.

O governo federal, explicou Patrocínio, foi extremamente criterioso e objetivo durante todas as etapas de elaboração do

projeto. Ele citou como exemplo a exigência tanto do emprego das técnicas mais modernas e eficientes de engenharia como de cuidados com o meio ambiente. As determinações nesse sentido serão rígidas e a fiscalização, constante, afirmou o senador.

Patrocínio frisou que o governo do estado do Tocantins modificou o projeto original para evitar agressões ao meio ambiente. Ele disse que a ideia inicial previa um lago maior, que inundaria estradas, pontes, sítios históricos e culturas agrícolas viáveis. “Na verdade, aconteceria um desastre ecológico de dimensões consideráveis em toda a região da barragem”, avaliou.

Carlos Patrocínio destacou a decisão do governador Siqueira Campos em descartar o projeto original e propor a construção de duas hidrelétricas (Peixe/Angical e São Salvador), que somarão a mesma quantidade de energia prevista anteriormente e não causarão impactos ambientais negativos nas áreas de abran-



Segundo Carlos Patrocínio, será gerada energia que beneficiará cerca de 5 milhões de pessoas

gência. Ele acrescentou que, em breve, Tocantins não terá mais problemas de energia elétrica, o que possibilitará o ingresso de novos investidores no estado.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou os políticos do Tocantins, por terem se antecipando na busca de soluções para a questão energética do estado.

— Enquanto muitos brasileiros vão sofrer com os apagões, Tocantins está crescendo por conta própria, tomando financiamentos — claro que com a ajuda da União — e investindo no desenvolvimento e bem-estar da região — afirmou Antonio Carlos.

## CI promove hoje audiência sobre a venda da Cesp

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 10h, audiência pública para discutir a privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Foi do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) a iniciativa do debate, que terá como convidados o secretário



Geraldo Cândido é autor do requerimento para realização do debate

de Energia de São Paulo, Mauro Arce, e o presidente da Cesp, Guilherme Augusto Cirne de Toledo.

Antes da audiência, a CI deliberará sobre requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que propõe a realização de audiência pública para debater o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica no país. Caso aprovado, o ministro de Minas e Energia, José Jorge, será convidado para prestar esclarecimentos aos senadores. Outro requerimento a ser examinado, também de Hartung, propõe debate sobre a atual política tarifária com a presença do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mi-

randa Abdo, e do superintendente de Regulação Econômica da Aneel, César Antonio Gonçalves.

Na pauta da CI constam ainda projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que altera a relação descritiva das rodovias do Plano

Nacional de Viação para inclusão da rodovia estadual RO-339. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) foi designado relator para emitir parecer sobre a matéria. A CI deverá decidir sobre o projeto em caráter terminativo. Outro projeto a ser analisado, também em caráter terminativo, é do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) que institui a Política de Recursos Hídricos. O relator, senador Arlindo Porto (PTB-MG), é pela aprovação da proposta.

Amanhã, quarta-feira, às 18h, a comissão receberá uma delegação de seis senadores do México, que estão no Brasil para conhecer o modelo brasileiro de privatização do setor energético.

## Eduardo apela para que não haja aumento de tarifa

A possibilidade de que a partir de junho o Brasil seja vítima de um colapso de energia elétrica tem preocupado o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Em discurso ontem sobre o tema, ele apelou ao presidente da República



Eduardo Siqueira Campos: o consumidor não deve ser punido

para que o consumidor não seja punido com o aumento de tarifas. “Tudo, menos isso”, afirmou.

O senador manifestou a esperança de que Fernando Henrique, que refutou a proposta de aplicar multas para quem consumir energia em excesso, se apresse em desmentir os boatos de que as tarifas vão subir. “Há nos jornais várias notícias nesse sentido”, alertou.

Na avaliação de Eduardo, a situação que se observa no sistema elétrico é emblemática, pois comprova que o Brasil não tem construído projetos para longo prazo e não tem condições, portanto, de enfrentar adversidades.

A crise atual, acrescentou, é inadmissível e tem na falta de investimentos a sua principal causa. “Algo inaceitável”, disse, já que o Brasil dispõe de enorme potencial hídrico e tem em seu território cerca de 20% de toda a água doce do planeta.

A enorme quantidade de recursos naturais confere ao país importância significativa no cenário internacional, acrescentou o senador. Na sua avaliação, se o governo começar a traçar estratégias, vai ser fácil utilizar as potencialidades hídricas do país como instrumento de barganha.

O senador disse ainda que o estado do Tocantins está fazendo a sua parte para amenizar os efeitos da crise. Ele informou que o cronograma de obras da usina Luís Eduardo Magalhães está bastante adiantado, podendo ser concluído ainda este ano. A previsão inicial era de que as obras só terminariam em 2010.

## Calheiros pede audiência sobre a crise energética

Aflito com a “insistência em punir o consumidor, que não tem nenhuma responsabilidade sobre a



situação atual”, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou ontem o envio de requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para a realização, ainda nesta semana, de audiência pública com todas as autoridades envolvidas na busca de soluções para a crise de energia elétrica.

— Não é só o apagão que espanta, mas também a escuridão em que estamos diante de tantas informações contraditórias e imprecisas — assinalou.

Renan Calheiros lembrou que não existe amparo legal para a cobrança de multas ou sobretaxas dos usuários de energia elétrica e que, ao contrário, existem sanções previstas para os fornecedores que suspendam total ou parcialmente seus serviços.

O senador recorreu a vários artigos do Código de Defesa do Consumidor para exemplificar as proibições para modificação unilateral de cláusulas contratuais de serviços públicos e outras espécies de abusos contra o usuário.

O senador entende que as sugestões apresentadas até o momento para minimizar a crise não passam de paliativos.

— Teremos mesmo de enfrentar a crise com a redução no fornecimento e suas trágicas consequências para o Produto Inter-



Renan: informações contraditórias provocam espanto

no Bruto, mercado de trabalho, investimentos externos e transmissões de toda ordem para o cidadão brasileiro. Alguém tem de responder por isso — afirmou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu o debate como forma de esclarecer e solucionar a crise de energia, além de minimizar os seus efeitos sobre a sociedade. O senador Lauro Campos (sem partido-DF) concordou com Renan ao classificar de absurda a tentativa de criação de sobretaxa para quem exceder determinado nível de consumo de energia.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que, se faltou água para energia elétrica, também faltou água para a agricultura, e

que não viu ninguém defendendo uma indenização para os agricultores. Melo não vê justificativa nenhuma para que o governo garanta o faturamento das empresas distribuidoras de energia elétrica sobretaxando o consumidor. “Se as distribuidoras não têm energia para fornecer, problema delas”, acrescentou.

O requerimento de Renan Calheiros propõe que sejam convidados para a primeira de uma série de audiências públicas na Comissão de Infra-Estrutura o ministro de Minas e Energia, José Jorge; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Mário Santos; e o presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente.

## Alberto Silva quer mutirão para reparar rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) está propondo a realização de um mutirão para recuperar 12,5 mil quilômetros de estradas federais em um ano. O assunto foi tratado em discurso proferido pelo senador em Plenário no dia 9 passado, e agora será levado diretamente ao presidente do Senado, Jader Barbalho. Alberto Silva sugerirá que Jader crie comissão integrada por um senador de cada partido que apoia o governo — PSDB, PMDB e PFL — com o objetivo de encaminhar a idéia do mutirão ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O esforço concentrado imaginado pelo senador piauiense baseia-se em estudo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e consumiria cerca de R\$ 1,8 bilhão. Os recursos seriam conseguidos por meio de aumento de R\$ 0,06 no preço do óleo diesel. De acordo com o parlamentar, os principais consumidores do óleo aceitarão pagar a conta para evitar prejuízo maior com a quebra de caminhões e carretas.

Alberto Silva explica que o plano é viável, uma vez que o país dispõe de tecnologia e matéria-prima. O fundamental, afirma, é manter em funcionamento o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), apenas retirando dali as pessoas envolvidas em corrupção. No mais, o órgão teria a capacidade de gerir o mutirão, que deveria prosseguir no ano seguinte para recuperar os trechos hoje ainda transitáveis das estradas federais. A exemplo do programa de racionamento de energia elétrica, o mutirão das estradas federais deveria ser gerenciado por um nome de grande respeitabilidade técnica e moral.

— O presidente Fernando Henrique poderia, no tempo que lhe resta de mandato, deixar uma marca histórica consertando as rodovias em mau estado de conservação. Em vez de reclamar, estou dando uma solução — disse o senador, que se considera um “engenheiro na política”. Ele observou que o Brasil tem uma malha rodoviária de 100 mil quilômetros, mas não destina o volume necessário de recursos para conservá-la e libera as verbas do DNER de maneira “acidental”.



Alberto Silva: aumento do diesel para bancar mutirão

## Projeto de Teotonio prevê uso racional e conservação de energia

Apresentado em 1990, está pronto para ser votado no Plenário da Câmara projeto de lei do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) que dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia elétrica. Em 1991, a proposição recebeu substitutivo do então senador Fernando Henrique Cardoso, que afirmou ser a matéria “de grande relevância na medida em que a energia condiciona a capacidade de crescimento do país”, e reconheceu a necessidade de investimentos no setor. Dez anos depois, às vésperas dos anunciados apagões, o projeto chegou a entrar em discussão na Câmara, mas não foi votado ainda porque a pauta está sobrecarregada com propostas que tramitam em regime de urgência constitucional.

Na justificativa do projeto, remetido à Câmara em 1993, Teotonio Vilela Filho já advertia que “o desafio que as circunstâncias nos impõem não é, afinal, apenas do governo, é da sociedade inteira, é de todos quantos sonham com o desenvolvimento desse país, é de todos quantos tenham compromisso em legar a nossos filhos e netos, às gerações do século XXI, um Brasil onde ninguém seja privado de crescer à falta de bem tão precioso quanto a energia”.

O autor do projeto destacava



Teotonio Vilela Filho apresentou proposta em 1990

que, com a perspectiva de aumento do consumo de energia, o Brasil estava frente a frente com a necessidade de dobrar a capacidade instalada no período de dez anos, o que exigiria grandes volumes de investimentos para construção de usinas e linhas de transmissão e distribuição. As medidas de conservação de energia, argumentava o senador alagoano, surgiam como opção de menor custo.

Por sua vez, Fernando Henrique afirmava no parecer que o Brasil de-

frontava-se com um problema energético ainda não devidamente equacionado e que a preocupação com o tema se agravava em decorrência de ser quase inviável, à época, ampliar o parque gerador de eletricidade do país, “em face do esgotamento conjuntural da capacidade financeira do Estado para arcar com os investimentos necessários e os elevados custos ambientais e sociais decorrentes”.

O então senador afirmava também que a alternativa economi-



Fernando Henrique, então senador, elaborou substitutivo

camente mais viável, a curto prazo, era o incentivo à revisão dos padrões de consumo, pela eliminação do desperdício e pela apropriação de novas tecnologias. Segundo o parecer, usar racionalmente e conservar energia significava manter o mesmo nível de produção ou de bem-estar, utilizando-se quantidade menor da energia disponível.

Fernando Henrique destacava que os custos de energia útil obtida mediante esforços de conservação eram significativamente mais econômicos que a expansão do sistema instalado. “Vale registrar, entretanto, que programas de conservação e de racionalização de energia não eliminam as necessidades de investimento em expansão, para atender à demanda futura, o que é óbvio”, acrescentava.

O projeto de Teotonio, com o texto resultante dos debates no Senado e na Câmara, prevê, entre outros itens, a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços de eletricidade submeterem ao órgão competente, a cada dois anos, juntamente com seu Plano Decenal de Expansão, um Plano de Conservação de Energia. Estabelece ainda que o governo divulgará um Programa de Metas de Consumo e Eficiência a ser cumprido por fabricantes e importadores de equipamentos.

### Senadores fazem propostas para o setor

**A** preocupação com questões relativas à energia elétrica motivou a apresentação, no Senado, de várias proposições. Em 1991, o senador Teotonio Vilela Filho, autor do texto que trata do uso racional da energia, encaminhou à Mesa outro projeto de lei estabelecendo normas para a elaboração da matriz energética nacional e dispoção sobre a formulação do Plano Plurianual de Investimentos, na parte referente à energia. O texto foi remetido à Câmara e acabou sendo arquivado. Já em 1996, o senador Edison Lobão (PFL-MA) propôs a criação do Programa de Incentivos a Energias Renováveis, com o objetivo de promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica. A matéria está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Três anos depois, o senador José Jorge (PFL-PE), hoje ministro de Minas e Energia, apresentou projeto com o objetivo de estender a todos os aproveitamentos energéticos de pequena potência, inclusive os de energia eólica, os benefícios atualmente concedidos às pequenas centrais hidrelétricas. A matéria está aguardando a leitura de pareceres.

O tema continuou a ser tratado em 2000, ano em que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) encaminhou à Mesa projeto que impede a privatização dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outros. Também no ano passado, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou proposta segundo a qual as empresas de energia elétrica somente serão privatizadas após aprovação em plebiscito. As duas matérias estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em 2001, os senadores Roberto Freire (PE), Paulo Hartung (ES) e Carlos Wilson (PE), todos do PPS, apresentaram projeto que exclui o setor elétrico do processo de privatização. A proposta está aguardando decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

# Isenção para cadernos vai a segundo turno

Plenário deve votar hoje proposta de Sebastião Rocha que isenta de impostos os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Se for aprovada, matéria segue para análise da Câmara dos Deputados



Marina Silva destaca que a sociedade está recorrendo à "guerrilha eletrônica"

## Marina recebe em duas semanas 20 mil "e-mails"

A senadora Marina Silva (PT-AC) agradeceu ontem à população o elevado número de mensagens que têm sido endereçadas a seu gabinete. Ela recebeu 20 mil e-mails somente nas últimas duas semanas e disse que tem a obrigação de dar satisfação à opinião pública. Marina afirmou, no entanto, que nem com a ajuda de sua assessoria poderá responder, como gostaria, a cada um dos e-mails.

Ela salientou que as mensagens recebidas contêm palavras de apoio e também de críticas. Marina saudou a participação da sociedade, que atualmente estaria disposta de meios para realizar uma verdadeira "guerrilha eletrônica", influenciando os políticos.

A senadora destacou o trabalho dos veículos da Secretaria de Comunicação Social do Senado – TV, rádio, agência de notícias e jornal –, que levam as notícias com rapidez para a população. Ela disse também que, diante do momento ímpar vivido pelo Senado, com acusações de corrupção e com a violação do painel eletrônico, a sociedade se sente obrigada a participar.

Marina afirmou ainda que os políticos não são eleitos para "substituir" a sociedade, mas para representá-la. Apesar de reconhecer que, em determinado momento, os políticos devam agir de acordo com sua consciência.

Em segundo turno, o Senado vota hoje proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de impostos os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Aprovada pela quase unanimidade do Plenário em primeiro turno, a proposta, se ratificada em segundo turno, ainda irá ao exame da Câmara dos Deputados.

Sebastião Rocha diz que seu objetivo é propiciar a um país pobre como o Brasil o barateamento de um item fundamental no processo educacional. Lembrando que o país tem índices alarmantes de analfabetismo, ele defende a emenda, argumentando que facilitar a compra do material escolar estimulará o aprendizado de inú-

meras crianças que ainda estão fora das salas de aula.

Também hoje o Plenário vota, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prorroga para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória do servidor público. Na mesma proposta, Simon amplia para 70 anos a idade máxima para ingresso em tribunal superior. Hoje, o magistrado precisa ter, no máximo, 65 anos para integrar uma corte superior de Justiça.

Também em primeiro turno, o Senado inicia a discussão de proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) destinada a transformar os integrantes da carreira de policial

militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.

O Senado decidirá ainda hoje se autoriza o Brasil a contrair empréstimo de 218 milhões de euros junto ao Bird (Banco Mundial). O dinheiro destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que deverá ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Inbra.



Sebastião Rocha diz que seu projeto visa baratear um item fundamental no processo de educação



Projeto de Piva estabelece que Comitê Olímpico receberá 10% da arrecadação bruta das loterias federais

## CE examina destinação de recursos para jogos olímpicos

Na reunião marcada para às 11h30 de hoje, a Comissão de Educação (CE) analisa o projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que prevê a destinação ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) de 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais. O parecer do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), é favorável ao substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

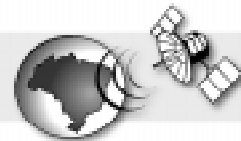
O projeto prevê ainda que o Comitê Paralímpico Brasileiro receba todos os anos a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal. Nos anos em que forem realizados os Jogos Olímpicos, Paralímpicos e Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste será destinada a financiar a participação de delegações nacionais nesses eventos.

Outro projeto, entre os 17 itens da pauta de hoje da CE, prevê que a realização de programas e o re-

gistro e reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado por meio de ensino à distância sigam as mesmas exigências dos cursos em que se requer a presença do aluno. De autoria da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), tem parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Outro item importante da pauta da CE – da qual constam 13 projetos de decreto legislativo sobre radiodifusão – é o projeto que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai). O relator da matéria, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), apresentou voto favorável ao substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De iniciativa dos deputados Hélio Bicudo (PT-SP) e Rita Camata (PMDB-ES), a proposição cria o Fundo Nacional de Alimentação e Incentivo aos Projetos de Alimentação da Criança, para viabilizar a alimentação de gestantes e crianças até sete anos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Cidadania* – O sen. Mauro Miranda e o deputado Gustavo Fruet falam sobre o Estatuto das Cidades  
7h30 – *Entrevista* – O sen. Moreira Mendes fala sobre a Subcomissão Temporária de Turismo  
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado  
8h30 – *Saúde/Unip* – Tiróide

9h – *As Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais – Audiência pública sobre reprodução assistida  
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado  
21h30 – Comissão de Infra Estrutura (gravado)  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Teesat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica – Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

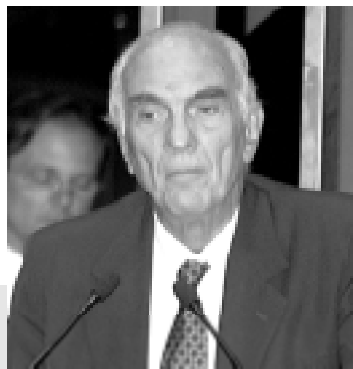
# Relatório de Saturnino será conhecido amanhã

O relator no Conselho de Ética deverá dizer se os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda quebraram o decoro parlamentar por participação no episódio da violação do painel de votação na sessão que cassou Luiz Estevão

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 10h, para conhecer o relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que dirá se os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) quebraram o decoro parlamentar no episódio da violação do painel eletrônico na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. O relator apresentará suas conclusões sobre o caso, mas a votação do parecer deve ficar para quarta-feira da próxima semana, em virtude da possibilidade de senadores pedirem vista do processo.

Em entrevistas que tem concedido nos últimos dias, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), admitiu que, se houver pedidos, ele deverá conceder vista do relatório de Roberto Saturnino, adiando a votação por uma semana. Depois de votado, o relatório será encaminhado pelo conselho à Mesa do Senado. Se a punição recomendada for advertência aos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, o processo será encerrado ali mesmo.

Caso seja proposta a abertura de processo contra os senadores, a Mesa poderá encaminhar ou não denúncia ao Conselho de Ética. Se a Mesa enviar a denúncia, o conselho abrirá um prazo para a defesa.



O relatório do senador Roberto Saturnino só deve ser votado na próxima semana

Ao final dessa fase dos trabalhos, o conselho poderá decidir por uma punição mais severa. Depois, o processo irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que examinará a constitucionalidade e juridicidade do processo. Só então, o processo será enviado ao Plenário, para que todos os senadores decidam se haverá a suspensão do mandato ou cassação dos senadores.

Outro assunto que deverá ser discutido nesta quarta-feira pelo Conselho de Ética é o requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para que a votação do relatório de Roberto Saturnino seja aberta, e não secreta. Todas as demais votações, caso o processo tenha seguimento, serão sigilosas, como determina a Constituição e o Regimento Interno do Senado.

## Empresário acusado de receptação depõe hoje



A Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investiga o roubo de cargas em todo o país ouve hoje, a partir das 10h, o depoimento do empresário Ari Natalino, de Campinas (SP).

Acusado de sonegação fiscal, receptação de carga roubada, formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e adulteração de combustível, Natalino é proprietário de mais de 200 empresas, a maioria em nome de "laranjas". Entre elas está a Petroforte, a terceira maior distribuidora de combustível do Brasil.

De acordo com entidades que representam o setor de transporte de cargas, os prejuízos causados pelo desvio de cargas no país che-

gam a aproximadamente R\$ 500 milhões, sendo que 80% dos crimes ocorrem em rodovias no estado de São Paulo. Para o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), as quadrilhas estão mais organizadas e aparelhadas do que a polícia. Segundo o senador, o grande desafio da comissão é alcançar receptadores.

A CPI tem prazo até o final deste ano para investigar roubo de cargas, desmanche de caminhões e lavagem de dinheiro.



Romeu Tuma: quadrilhas estão mais bem aparelhadas que a polícia

## Simon defende CPI do Senado para investigar denúncias de corrupção

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito no Senado para investigar denúncias de corrupção na administração pública, já que foi derrubada a proposta de CPI mista. Ele disse reconhecer que o funcionamento de uma CPI não é muito bom para o governo, "mas é um preço a ser pago".

Simon contestou a argumentação do governo de que a proposta de CPI era inconstitucional e criticou o que chamou de "operação de guerra" para a retirada de assinaturas por parlamentares. O senador classificou a situação como "muito grave" e disse que o Congresso Nacional, em especial o Senado, vive "um de seus piores momentos".

O senador afirmou que todos

perderam com a não instalação da CPI e lamentou declarações do filósofo José Arthur Gianotti, amigo do presidente Fernando Henrique, que justificou a liberação de recursos para emendas parlamentares como forma de bloquear a CPI. Segundo Gianotti, "moral e política não se misturam". Simon lembrou que de janeiro a maio foram gastos 20% das verbas orçamentárias e "em dois dias gastou-se o resto para pagar a retirada da assinatura dos parlamentares".

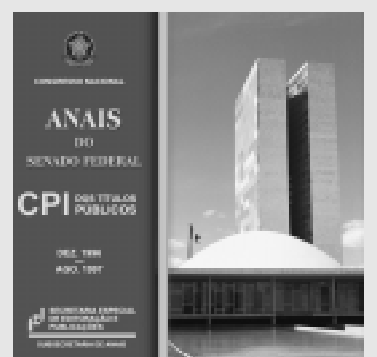
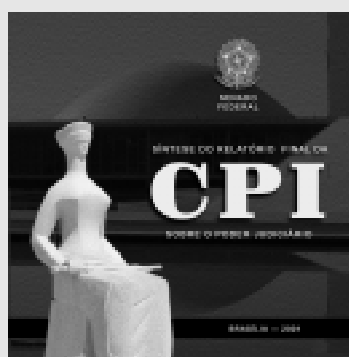
— Não me lembro de ter visto o Congresso Nacional numa situação tão dramática e tão cruel como essa. Vivemos momentos difíceis. O Congresso já foi fechado, mas caiu de pé — lembrou o senador.

Ao afirmar que o problema do Brasil não é a corrupção — "que existe no mundo inteiro" —, mas a



Pedro Simon criticou a "operação de guerra" do governo para impedir a CPI mista

impunidade, Simon observou que a CPI "é uma instituição em que o povo confia, porque passa a ser a única chance de as coisas aparecerem".



Os CDs trarão relatórios das CPIs do Judiciário, dos Títulos Públicos e do trabalho de crianças e adolescentes

## Senado lança na Bienal do Livro do Rio CD-ROM com resultados de CPIs

Com o objetivo de divulgar os trabalhos da Casa, utilizando modernos recursos da informática, o Senado Federal lançará na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que será realizada de 17 a 27 de maio, CD-ROMs com os relatórios das comissões parlamentares de inquérito do Judiciário, dos Títulos Públicos e do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Idealizado e realizado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep), os documentos terão o formato PDF, que possibilita pesquisa por palavra-chave, utilizando, em sua abertura, recursos diversos de multimídia. A confecção, elaboração e realização de todo o trabalho couberam a funcionários da Casa com os recursos disponíveis no Senado.

A bienal deste ano terá a participação de 808 expositores. Serão realizados mais de 150 lançamentos,

com a participação de nove países. O objetivo do Senado, ao estar presente na mostra, é manter presente na comunicação com a população brasileira por meio da escrita, divulgando obras de grande valor histórico publicadas pelo Conselho Editorial, que mereceram, recentemente, capa e página do Segundo Caderno do jornal *O Globo* e destaque na coluna do jornalista Elio Gaspari.

# Alcântara quer ampliar cobertura dos planos de saúde

Na opinião do senador, sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional devem ser incluídas entre os direitos dos pacientes, pois em muitos casos essa assistência é essencial para sua recuperação

## Jucá aplaude inovações nas agências de desenvolvimento

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), aplaudiu “aspectos inovadores” da medida provisória que cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia (Ada) e do Nordeste (Adene), as quais tomarão o lugar da Sudam e da Sudene. Os



Romero Jucá: “O governo não quer empurrar lixo para debaixo do tapete”

diretores das agências serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovados pelo Senado, o que, observou o senador, dará aos parlamentares a oportunidade de discutir as escolhas.

Jucá afirmou, ainda, que a Ada e Adene auditarão a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento destinados à realização de investimentos, também criados pela

MP. As agências realizarão pesquisas para identificar potencialidades, vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais para propor estratégias e ações compatíveis com o espaço regional, destacou.

A medida provisória, acrescentou Jucá, delega ao Ministério de Integração Nacional a apuração de responsabilidades e demais providências relativas à prestação de contas decorrentes dos convênios firmados pela Sudam e Sudene.

— O governo não quer empurrar lixo para debaixo do tapete. Ao contrário, tem todo interesse em identificar e punir quaisquer irregularidades — afirmou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei para ampliar a cobertura oferecida obrigatoriamente pelos planos de saúde. O parlamentar quer incluir sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional entre os direitos dos detentores de planos de saúde.

Enviado para análise da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), o projeto está tramitando em caráter terminativo. Isso significa que, caso seja aprovada pela comissão e não receba pedido para manifestação do Plenário, a proposta seguirá diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados.

O projeto inclui novos dispositivos na Lei 9.656 (a chamada Lei dos Planos de Saúde), prevendo a “cobertura de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade de assistência médica ambulatorial ou hospitalar”.



Para Lúcio Alcântara, cobertura atual não oferece toda a assistência necessária

O senador propõe, ainda, que a extensão da cobertura, os critérios e o número de sessões para tratamento dessas doenças sejam definidos por resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Lúcio Alcântara reconhece os avanços da lei dos planos de saúde, mas alerta que essa cobertura, ainda que bastante estendida, não oferece toda a assistência à saúde necessá-

ria para abranger as doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

As sessões de fisioterapia, por exemplo, estão garantidas apenas aos pacientes dos planos hospitalares, observa o parlamentar; no plano ambulatorial, estão fora. E as demais — fonoaudiologia, psicologia, nutrição e terapia ocupacional — também estão excluídas.

— Como essa assistência é essencial para a recuperação ou a estabilização da saúde de muitos pacientes, a lei deve incluir essa cobertura, cuja extensão, em termos de número de sessões e critérios obrigatórios, poderá ser limitada por resolução da recém-criada Agência Nacional de Saúde Suplementar, da mesma forma como foram editadas resoluções do Conselho de Saúde Suplementar para regulamentar a cobertura a transplantes e doenças psiquiátricas — conclui.

## Hugo Napoleão faz relato da Cúpula das Américas

Observando que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) talvez seja o mais amplo tratado internacional em estudo no mundo, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) fez um relato de sua participação na 3ª Cúpula das Américas, realizada no mês pas-



Hugo Napoleão vê boas perspectivas para frutas do Piauí na Alca

sado, em Quebec (Canadá). Ele disse que as 34 nações que participaram do evento somam 800 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 14 trilhões.

Nesse mercado, Napoleão constatou que o Piauí poderá ser beneficiado com a exportação de frutas como manga e limão, bem aceitas nos Estados Unidos e Europa. Ele disse que, ao ser apresentado ao primeiro-ministro canadense, Jean Chrétien, pôde testemunhar que, apesar do conflito diplomático recente entre Brasil e Canadá, os chefes de governo dos dois países se dão muito bem.

Em seu relato, o senador contou ainda que, a convite do chanceler Celso Lafer, participou com o senador Pedro Piva (PSDB-SP) de reunião com congressistas norte-americanos sobre o andamento da Alca.

— Os republicanos estão mais acelerados, mais desejosos, e os democratas mais hesitantes. Os sindicatos americanos são totalmente contrários, pois têm medo da evasão do mercado de trabalho dos Estados Unidos para outros países — disse.

Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou, em aparte, preocupação com o risco de a Alca reduzir o fluxo de investimentos para o Brasil. Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a firmeza com que o presidente Fernando Henrique Cardoso expôs, na reunião de Quebec, questões fundamentais para a soberania brasileira.

## CAS promove nova audiência sobre reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje, após a ordem do dia do Plenário, audiência pública para debater o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta a reprodução assistida no Brasil. O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), convidou diversos especialistas no assunto para participarem do debate. O relator da matéria é o senador Tião Viana (PT-AC).

Reprodução assistida é o conjunto de técnicas desenvolvidas para ampliar as possibilidades de procriação, especialmente para casais que enfrentam dificuldades de ter filhos. A técnica consiste na implantação artificial de espermatozoides ou embriões no aparelho reprodutor feminino. Os gametas masculino e feminino usados podem ser produzidos pelos pais e mães interessados na gestação, mas, em alguns casos, vêm de doadores.

Um dos métodos utilizados é o da gestação de substituição, popularmente conhecido como “bar-

riga de aluguel”, em que uma mulher empresta ou aluga seu corpo para dar à luz a uma criança de outra mulher. Especialmente nesse caso, há necessidade de regulamentação clara para que seja definida a filiação correta da criança, principalmente nos casos em que os embriões não foram gerados pelo casal interessado na criança.

— A consequência normal do uso dessa tecnologia é o surgimento de situações anômalas que, até então, ou não poderiam ocorrer, ou, quando ocorriam, eram consideradas infortúnios para os envolvidos — afirma Lúcio Alcântara na justificativa de sua proposta, que tramita na CAS em caráter terminativo.

Entre os convidados para o debate estão o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto; a professora de Direito Civil da Universidade de São Paulo e membro da Comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção São Paulo,



Tião Viana é o relator na CAS do projeto que regulamenta a reprodução assistida

Silmara Juny de Abreu Chinellato e Almeida; a professora de Direito Civil da PUC do Paraná Jussara Maria Leal de Meirelles; o presidente da Sociedade Brasileira de Genética, Horácio Schneider; a diretora-executiva do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Débora Diniz; o presidente da Comissão Nacional Especializada de Fertilização Assistida, Rui Alberto Ferriani; o deputado federal De Velasco (PSL-SP), que representa a Igreja Evangélica; e o coordenador adjunto da área de saúde da mulher do Ministério da Saúde, Nelson Cardoso de Almeida.